

Formação cidadã e inclusão social através da EJA: um relato de experiência docente

Liliane Martins Costa

Universidade Federal do Pampa, lilimartinscosta.123@gmail.com

Luma Costa Minotto Pereira

Centro Universitário da Região da Campanha, lumacosta.advocacia@gmail.com

Introdução

Trabalhar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido uma experiência transformadora. Há 1 ano e 5 meses, comecei a atuar em uma escola de periferia em Bagé, no Rio Grande do Sul, dedicando-me às disciplinas de Cidadania e História. Desde então, venho acompanhando as histórias e os desafios dos meus alunos, que são, em grande parte, marcados por trajetórias de exclusão e abandono escolar. Nesse contexto, a escola se torna um espaço de resgate pessoal e de reconstrução da autoestima, o que me faz ver a educação cidadã como uma necessidade e um direito inalienável.

Para muitos dos alunos, o retorno aos estudos é uma chance de retomar um percurso interrompido, de buscar conhecimentos que foram negados e de, finalmente, sentir-se pertencentes a um espaço educativo que os acolhe. Essa busca vai além de uma certificação; trata-se de uma tentativa de reapropriação da própria voz e de reconhecimento como sujeitos de direitos. Aqui, a abordagem cidadã é fundamental, pois ela permite que os alunos percebam que o aprendizado ultrapassa os limites dos conteúdos tradicionais e se alinha ao desejo de interagir e de modificar a realidade que os cerca.

Inspirada por Paulo Freire (1996), que enfatiza que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 38), procuro desenvolver minhas

aulas de maneira que promova essa intervenção. O ensino de Cidadania e História, nesse sentido, oferece não só um olhar sobre o passado, mas também uma ponte para que eles possam questionar o presente e sonhar com um futuro diferente. É sobre construir caminhos que façam sentido para as vidas deles, valorizando suas histórias e conectando o aprendizado às suas realidades.

Este relato se propõe a compartilhar minha caminhada até aqui, combinando relatos de práticas pedagógicas e discussões teóricas que embasam o meu trabalho. Em cada aula, redescubro a importância de uma educação cidadã que transcenda a sala de aula e que abra possibilidades para que meus alunos se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias.

Desafios e motivações para implementar a educação cidadã

Desde que comecei a trabalhar na EJA, percebi que os desafios enfrentados pelos alunos são variados e, muitas vezes, complexos. Em uma escola de periferia, como a que atuo em Bagé, a realidade é marcada por vulnerabilidades sociais e econômicas que afetam diretamente o processo de ensino e aprendizado. Muitos dos meus alunos retornam aos estudos após longos períodos de afastamento escolar, carregando experiências de exclusão, dificuldades financeiras e, em alguns casos, até mesmo responsabilidades familiares que tornam sua trajetória acadêmica mais desafiadora. Nesse sentido, segundo Pereira (2019),

refletir sobre a EJA como lugar de inclusão social é condição primeira para garantir o direito a essas pessoas a alfabetização, escolarização ampla, profissionalização, assistência social, psíquica etc., que os integrem ao mundo social e produtivo dignamente, pois não é suficiente apenas reconhecer que o mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país. (Pereira, 2019, p. 282).

Um dos principais desafios na implementação da educação cidadã é justamente adequar o conteúdo para que ele seja significativo e relevante para esses alunos. A formação cidadã não pode ser algo distante de suas vivências. Inspirada por autores como Boaventura de Sousa Santos, que defende a educação como um espaço de emancipação e reconhecimento de saberes plurais (Santos, 2006), busco construir um ambiente onde a cidadania seja compreendida não só como um direito, mas como um caminho de protagonismo. É preciso que eles se sintam pertencentes e empoderados para exercer sua voz e para se engajar de forma ativa em suas comunidades.

Outro desafio é lidar com a heterogeneidade das turmas, que incluem desde jovens adultos até idosos, todos em diferentes fases da vida e com distintas percepções sobre o papel da educação em suas vidas. Essa diversidade exige que as práticas pedagógicas sejam flexíveis e que contemplem a bagagem cultural de cada um. A motivação para essa abordagem cidadã, no entanto, é fortalecida pelo impacto positivo que vejo em sala de aula. Os debates sobre direitos, justiça e cidadania, muitas vezes, fazem com que os alunos percebam que podem atuar como agentes de transformação, seja na escola, no bairro ou em suas próprias famílias.

Ao introduzir temas de cidadania e direitos humanos, observo o quanto esses assuntos ressoam em suas vidas. Eles trazem relatos, compartilham histórias e, aos poucos, vão reconhecendo a relevância da sua participação no meio em que vivem.

Acontece que, na expectativa do início de sua trajetória escolar, o aluno carrega para a escola não só a cultura de seu grupo, que estará imersa em algo bastante profundo, a sua singularidade. Será com muitos aspectos exclusivos próprios que ele se projetará no processo da aprendizagem escolar, perfazendo essa trajetória e continuando a sua constituição enquanto pessoa nas novas e importantes experiências em um espaço social específico. (Tacca; Rey, 2008, p. 143).

A motivação vem justamente do potencial de transformação que esses temas despertam, incentivando-os a compreender a sociedade em que vivem e a refletir sobre os valores que orientam suas ações. A cada aula, o objetivo é promover uma educação cidadã que vá além do conteúdo curricular, que estimule a criticidade e a construção de um senso de comunidade.

Experiências práticas: atividades e metodologias

Para tornar a formação cidadã significativa e conectada com a realidade dos alunos da EJA, adoto metodologias que buscam trazer a teoria para mais perto da prática. Uma das atividades que promovemos com frequência são palestras realizadas por membros da comunidade e especialistas em temas como direitos trabalhistas, saúde pública e participação social.

Essas palestras possibilitam que os alunos se conectem com o conteúdo de forma concreta, ouvindo diretamente de profissionais e ativistas que compartilham conhecimentos relevantes para suas vidas cotidianas. Em uma dessas palestras, tivemos a presença de um advogado que abordou o direito do consumidor, tema que gerou grande interesse e participação, pois muitos alunos relataram problemas e dúvidas em relação a situações do dia a dia.

Figura 1. Palestra realizada sobre questões ambientais.



Fonte: acervo da autora.

Além disso, incentivamos a participação dos alunos na Feira de Ciências da escola, um evento que combina criatividade e aprendizado. Na última edição, meus alunos desenvolveram um projeto intitulado ‘Barco a Vapor com Materiais Recicláveis’, onde exploraram a produção de energia a partir da combustão de álcool para movimentar um barco construído com materiais reutilizados. O projeto abordou os princípios básicos da combustão e da geração de vapor, permitindo que os alunos entendessem como essa reação química produz energia. Essa experiência foi especialmente valiosa, pois além de demonstrar conceitos científicos, conectou o aprendizado ao tema da sustentabilidade ao utilizar materiais recicláveis. A participação na feira despertou nos alunos um sentimento de realização e pertencimento, à medida que viam seu trabalho reconhecido e apreciado pela comunidade escolar.

Figura 2. Participação de alunas da EJA na Feira de Ciências.



Fonte: acervo da autora.

Para que as atividades sejam acessíveis e ressoem com o grupo heterogêneo de estudantes, adoto também metodologias de ensino que favorecem a troca de experiências e a valorização dos saberes prévios de cada aluno. Utilizo rodas de conversa como uma ferramenta pedagógica central, onde discutimos temas atuais e relevantes, como os direitos das minorias e o papel da educação na transformação social. Inspirada pela pedagogia de Freire (1996), essas rodas de conversa oferecem um ambiente acolhedor e de escuta ativa, permitindo que cada aluno traga suas experiências e percepções, construindo, assim, um senso de comunidade e de pertencimento.

A inclusão na EJA

A Educação de Jovens e Adultos, como observa Kuenzer (2005), muitas vezes representa uma inclusão que também exclui. Os alunos são acolhidos nas classes da EJA, mas a fragilidade pedagógica acaba por excluí-los na prática cotidiana. Isso ocorre quando não se promove, de fato, o desenvolvimento cognitivo e a inclusão social que a modalidade deveria oferecer. Esse fenômeno reflete uma realidade em que os estudantes passam pelas avaliações sem que tenham adquirido as habilidades e os conhecimentos necessários para conquistar outros avanços sociais e educacionais em suas vidas.

Superar esse desafio é um dos objetivos que busco atingir em minhas aulas. Com o foco na formação cidadã, procuro desenvolver práticas que promovam a verdadeira inclusão e ofereçam aos alunos uma experiência educacional significativa. Por exemplo, ao trabalhar com temas que são parte de suas realidades – como direitos básicos, saúde e cidadania – ofereço a oportunidade de um aprendizado que não é apenas teórico, mas que tem impacto direto em suas vidas. Nesse sentido, a formação cidadã é o eixo central no processo de ensino, pois articula a reinserção desses estudantes que retornam ao ambiente da educação formal depois da exclusão.

Mesmo diante dessa situação de direitos negados, existe algo que motiva os alunos, uma vez afastados da escola, a retornarem. Em conversa informal com uma aluna, ela informou que havia parado de estudar, estava somente trabalhando e não gostava da função que exercia, então resolveu voltar a estudar com o intuito de encontrar um emprego melhor. (Cardoso; Ferreira, 2012, p. 65).

Nesse sentido, vejo como a inclusão social na EJA deve ir muito além da presença física dos alunos. Ela precisa envolver a construção de um ambiente onde cada um se sinta valorizado, respeitado e, principalmente, estimulado a crescer. Minhas aulas de Cidadania e História são planejadas para que

todos possam se expressar, compartilhar suas histórias e, juntos, refletirmos sobre os temas que tocam diretamente suas vidas e comunidades. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um conceito e passa a ser uma prática que atravessa cada momento de interação com os alunos.

Acredito que é possível superar a inclusão excludente (Kuenzer, 2005) quando se trabalha para criar um espaço educacional onde o aprendizado é relevante e significativo. Isso passa pela construção de laços de confiança e pelo reconhecimento de que cada aluno traz consigo um saber próprio, que deve ser respeitado e incorporado ao processo educativo. Ao enfatizar a importância da cidadania, percebo o quanto eles se tornam mais engajados e conscientes de seus direitos, e como isso pode impactar positivamente suas vidas.

Resultados e impactos observados

Ao longo do período que estou na EJA, percebi mudanças significativas nos alunos, tanto no que diz respeito à autoestima quanto ao engajamento nas atividades. A educação cidadã, que busca ir além do conteúdo curricular, tem ajudado a criar uma atmosfera de pertencimento e respeito mútuo na sala de aula. Os alunos, que muitas vezes chegam desconfiados e inseguros, aos poucos vão se sentindo mais confortáveis para compartilhar suas histórias e participar de discussões que envolvem o cotidiano e os direitos fundamentais. Essa é uma questão fundamental, pois

ao se levar em conta saberes cotidianos, prévios, quase sempre ignorados na formulação curricular tradicional que encobre experiências sociais, históricas, culturais, de classe, de sociedade, de professores e alunos, trançam-se histórias e com elas saberes, conhecimentos, produzidos na vida cotidiana, formando redes que passam a emergir na realidade da escola, como emergem na realidade da vida. (Paiva, 2011, p. 22).

Um dos impactos mais visíveis tem sido o fortalecimento da confiança dos alunos em suas próprias capacidades. Ao perceberem que são capazes de compreender temas como justiça social, saúde e cidadania, começam a se engajar de maneira mais crítica e ativa. Em uma atividade recente sobre direitos trabalhistas, por exemplo, alguns alunos trouxeram dúvidas pessoais sobre suas experiências no mercado de trabalho, o que gerou um debate rico e que se prolongou por várias aulas.

Outro ponto positivo é o desenvolvimento de um senso de comunidade entre os alunos. Vejo que muitos passam a se apoiar mutuamente, seja em atividades escolares ou em questões

personais. Esse apoio se reflete também fora do ambiente escolar, com alunos relatando que começaram a se envolver mais em ações comunitárias e a se interessar por temas sociais que antes não faziam parte de suas preocupações. Percebo que os laços estabelecidos em sala de aula contribuem para um impacto duradouro.

Esse cenário observado indica que, embora os desafios sejam grandes, o potencial transformador da EJA é real e visível. A prática da educação cidadã traz um impacto que ultrapassa os muros da escola, promovendo uma inclusão que não é só formal, mas que contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados. E é justamente essa transformação, lenta mas constante, que me motiva a continuar buscando formas de enriquecer as aulas e de reforçar o compromisso com uma educação que seja, verdadeiramente, para todos (Freire, 1996).

Considerações finais

A experiência de atuar na EJA com foco na formação cidadã tem sido, para mim, uma jornada repleta de aprendizados e reflexões. Ao lidar com alunos que trazem uma rica diversidade de vivências, percebo diariamente o impacto transformador que a educação pode ter quando é conduzida com sensibilidade e um compromisso genuíno com a inclusão. Na EJA, o ensino não se limita à transmissão de conhecimento formal; ele envolve a valorização das experiências dos alunos e o fortalecimento de suas identidades como cidadãos.

A formação cidadã tem um papel essencial ao promover uma educação que empodera os alunos, ajudando-os a se verem como agentes de suas próprias histórias. Essa abordagem tem o potencial de romper com ciclos de exclusão e abrir novas perspectivas de engajamento social. Ao longo deste relato, compartilhei experiências que ilustram o impacto de uma educação que valoriza a participação ativa e a reflexão crítica. Meus alunos não apenas aprenderam sobre direitos e deveres, mas também começaram a incorporar esses conceitos em suas vidas, desenvolvendo uma postura mais consciente e comprometida com a comunidade ao seu redor.

No entanto, o caminho para uma inclusão plena na EJA ainda é longo e cheio de desafios. Muitos alunos chegam à EJA com histórias de abandono escolar, e o processo de reengajamento exige paciência e uma abordagem pedagógica adaptada às suas necessidades. É justamente essa lacuna que procuro preencher, oferecendo atividades que incentivem o aprendizado de forma significativa e relevante para suas realidades. Cada aula de Cidadania e História é uma oportunidade para que

reflitam sobre seu lugar na sociedade e sobre o poder de transformação que têm em mãos.

Concluo este relato com a convicção de que a EJA pode ser um verdadeiro instrumento de transformação social. A educação cidadã que promovemos não é apenas uma prática pedagógica; é um ato de compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Tenho a certeza de que cada aluno que passa por essa experiência levará consigo não apenas novos conhecimentos, mas também uma visão ampliada de seu papel como cidadão. Ao investir na formação cidadã, estamos plantando sementes de mudança que podem reverberar por gerações, ajudando a construir um futuro onde cada indivíduo se sinta incluído, respeitado e empoderado para transformar sua realidade.

Referências

CARDOSO, Jaqueline; FERREIRA, Maria José de Resende. Inclusão e exclusão: o retorno e a permanência dos alunos na EJA. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 2, n. 1, p. 61-76, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.26>. Acesso em: 30 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KUENZER, Acácia. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

PAIVA, Jane. Inclusão na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 14-23, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v1i01.8>. Acesso em: 30 set. 2024.

PEREIRA, Antonio. Os sujeitos da EJA e da educação social: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 273-294, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4673>. Acesso em: 30 set. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; REY, Fernando Luis González. Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. **Psicologia, Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 138-161, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000100011>. Acesso em: 30 set. 2024.